

NEGRO, CIÊNCIA E PENSAMENTO SOCIAL¹

Daniela Roberta Antonio ROSA²

RESUMO

Os eventos ocorridos no século XIX que tinham o negro brasileiro como objeto de reflexão foram de fundamental importância para a construção dos elementos que compõem o pensamento social brasileiro. Paulatinamente construído no decorrer do processo escravista que lançava mão de uma espécie de doutrinação ideológica de conotação negativa pra justificar a manutenção do sistema, mas que encontra nessa fase um clima propício para se desenvolver com a chegada das teorias raciais, constituindo rica fonte para a intelectualidade do período que buscava decodificar e sistematizar a identidade do país.

Palavras-chave: negro, pensamento, sociedade, ciência, identidade.

O contexto no qual se deu a abolição, apresentava uma grande efervescência política, uma vez que o país se encontrava às portas da proclamação da república que se daria no ano seguinte, 1889, sob o controle de militares e das elites agrárias, caracterizando o que podemos chamar de “Revolução pelo alto” (DIVALTE, 2000). O novo quadro político não apresentou grandes alterações na ordem econômica e social. Tendo sido mantida então os interesses destas elites.

Entretanto, este era também um período no qual a abolição da escravatura não constituía o único capítulo na história dos negros no final do século XIX, momento que pode ser apontado como de fundamental importância na concepção do negro no imaginário social brasileiro, em plena busca por uma identidade para a jovem república que mobilizava a classe dominante e os intelectuais das diversas áreas. Todos querendo encontrar a forma mais moderna de se definir o perfil do país. Certamente, tais reflexões não podiam se realizar sem que houvesse grande preocupação com a questão racial e a mestiçagem. Considerando que aquele era um momento em que a presença do negro

¹ Artigo extraído do trabalho "O negro e o teatro brasileiro: A cena da diferença" realizado inicialmente com bolsa PIBIC e defendido como monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais.

² Aluna da Licenciatura em Ciências Sociais, orientada da Prof. Maria Valéria Barbosa. Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP, CEP 17525 900, Marília, São Paulo, Brasil.

deixava de ser “necessária”, com o fim do trabalho escravo e a não absorção deste como mão de obra assalariada. Ao mesmo tempo em que a mestiçagem (citada nesse texto para fazer referência à mistura de negros com brancos) aparece como grande ameaça para aqueles que queriam forjar a identidade do Brasil e de seu povo. Não que a ocorrência da mestiçagem fosse nova, uma vez que os mestiços eram muito comuns já durante a escravidão, em grande parte filhos de senhores de engenhos com suas escravas. Mas neste contexto, referências ao Brasil como dono de uma “população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”. (RAEDERS apud SCHWARCZ, 1993, p. 88), aterrorizava a sociedade da época, ansiosa por se livrar do chamado “laboratório racial” (SCHWARCZ, 1993) que na visão disseminada da época fadava o país à degeneração, não compatível com a idéia de modernidade que se desejava projetar internacionalmente.

Mas paradoxo não se dá somente devido à convivência de recursos materiais modernos sobre uma estrutura arcaica, o mesmo ocorria com a gama de idéias do final do século XIX. Profundamente incoerentes em relação ao processo social em curso.

O aparato ideológico que grassa nas sociedades tidas como avançadas acabam por se instalar também entre as elites brasileiras. A exemplo disso têm-se as idéias liberais, expressas já na constituição de 1824, extraídas das declarações dos direitos do homem são lançadas nas leis de um país escravista. Este grupo de idéias modernas não encontra um chão histórico, uma trama social compatível. Mas são ainda assim repetidas. E adaptadas aos propósitos explicativos da nação criados pelos intelectuais brasileiros.

Se do ponto de vista político e econômico as medidas tomadas nessa fase garantiram a permanência dos elementos fundamentais que favoreciam as elites dominantes, os fundamentos científicos recém chegados ao país também cumpriram importante papel para manutenção do discurso corrente sobre os negros, elaborado a partir desse referencial teórico ocidental sobre os quais foram implementadas as chamadas “teorias raciais” grande expressão do pensamento brasileiro do período.

O século XIX é um período bastante peculiar para nossa análise. É o século em que são criadas no país as instituições de pesquisa e ensino superior, principalmente por influência da transferência da corte para cá com o afã de reproduzir aqui um ambiente cultural semelhante ao europeu, além de ser um período de grande importância, em nível mundial conforme as idéias de naturalização da igualdade dos homens, herdadas da

revolução francesa passam a ser revistas e questionadas. O termo “raça” é introduzido no pensamento social mundial de seu ponto de vista biológico, embora no Brasil ele tenha adquirido uma conotação visceralmente político-social. Instalava-se neste momento o questionamento da concepção iluminista de uma humanidade “una” conforme a concepção de uma humanidade diversa ganhava força.

Esta nova conformação do pensamento propiciou o surgimento de diversos métodos que buscavam dar conta desta diferença como a frenologia e a antropometria que utilizavam medições físicas para interpretar e determinar elementos do comportamento humano. Além da antropologia criminal que tem em Serey Lombroso seu grande expoente e defendia que a violência poderia ser detectada pelos caracteres físicos além de ser hereditária.

As teorias raciais chegam ao Brasil através do “discurso estrangeiro” que constantemente faz referências à composição do povo brasileiro como algo absolutamente negativo por conta da grande mistura ocorrida principalmente com o elemento negro. Elas ganham grande repercussão no meio intelectual nacional que as adota de maneira bastante original. (SCHWACZ, 1993). Adaptadas à realidade brasileira têm como principal tema a preocupação com a mestiçagem, em especial de negros e brancos, parte de um grande debate e grandes preocupações acerca da realidade do país, seu povo e suas implicações, e por mais que se desejasse, a imagem, do mestiço não poderia ser ignorada. A mistura passa a ser o grande tema da intelectualidade brasileira. Alguns dos expoentes desta época que contribuíram para esta adaptação foram: Oliveira Viana, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oswaldo Cruz, entre outros que compunham o grupo dos chamados *Homens de Ciencia*.

Estes homens consumiram largamente a produção científica estrangeira, principalmente da Europa, e disseminados pelos diversos campos do conhecimento formulavam suas considerações acerca da realidade brasileira à luz destas produções. O contraditório é que muitos destes paradigmas já não encontravam repercussão em seus países de origem. A exemplo do modelo social-darwinista, inspirado na obra do inglês Charles Darwin, “A origem das espécies” de 1859, onde Darwin apontava, entre outras coisas, o cruzamento entre as raças, animais, como uma chance para que houvesse o predomínio das características mais fortes, e das melhores qualidades. Intrigante é o fato de o darwinismo social, contrariando as bases teóricas nas quais se inspirou, ver a mistura das raças como algo negativo, conseqüentemente enaltecendo os tipos puros e tendo a

miscigenação como degenerativa. O que representa uma subversão da teoria darwinista no afã de lançar mão de um instrumental teórico que possuía como principal objetivo manter a integração social do negro sob controle, só que agora com o aval da “ciência”.

O grupo de pensadores brasileiros que se ocupam deste tema é bastante heterogêneo, pois estes são de diversas áreas do conhecimento, distribuídos pelas faculdades do país, formulando conceitos a respeito da convivência de negros e brancos e da mestiçagem. Nina Rodrigues (1862-1906), da Faculdade de Medicina da Bahia, chega a sugerir a criação de dois códigos penais, um para os brancos e outro para os negros. Na faculdade de direito do Recife, Sílvio Romero faz considerações nas quais aponta a mestiçagem como a grande peculiaridade do país, e o branqueamento como a solução para os problemas decorrentes dela. “Nas escolas de medicina do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, por exemplo, a discussão racial era tão constante que muitas vezes parecia [que] estávamos a um passo do apartheid social” (SCHWARCZ, 1995).

Havia sem dúvida o desejo de nossos intelectuais em transcrever um Brasil ligado a modernidade e ao progresso, relacionando ao negro e ao mestiço todo o fardo de coisas negativas daquela passagem de século. Portanto,

[...] este tipo de teoria trazia consigo a possibilidade de neutralizar, com o aval da ciência, diferenças que não eram da natureza, mas eram políticas e sociais”. (SCHWARCZ, 1995, p.162).

Uma vez que o final do século XIX, a redefinição social e política provocada principalmente pelo fim da escravidão e proclamação da república, exigia e propiciava a construção de uma identidade nacional. E esta deveria dar conta do elemento negro, agora ex-cativo e de sua herança inferior. A “pluralidade racial nascida no processo colonial” (MUNANGA, 1999) incomoda e desafia a elite que se pensava vivendo em uma nação branca (e desejava isso profundamente), influenciada pelo discurso biológico acreditavam na inferioridade das raças não brancas e na degenerescência do mestiço. No entanto a miscigenação faria desaparecer as marcas do negro, uma vez que se acreditava que os brancos eram o tipo racial mais numeroso principalmente com a vinda dos imigrantes europeus.

Todavia as formulações acerca da miscigenação feitas pelos intelectuais da época não se constituem de forma homogênea. A exemplo de Silvio Romero (1851-1914)

da Faculdade de Direito de Recife, que entre outras elaborações a esse respeito vê a miscigenação como unidade étnica e um caminho para o branqueamento da população em algumas gerações. Idéia combatida por Nina Rodrigues que defendia que somente a modificação da legislação brasileira, levando em consideração os diferentes tipos humanos é que corrigiria os defeitos causados pela miscigenação.

João Batista Lacerda (1846-1915), do Museu Nacional, vê no mestiço também uma posição intermediária para o branqueamento. E chega a elaborar, com base em dados estatísticos de Roquete Pinto, uma projeção da composição racial da população brasileira que em 2012 teria 80% de brancos, se a mistura racial continuasse durante o século XX. E em defesa de sua tese ele vai a Londres em 1911 representar o Brasil no I Congresso Internacional das Raças onde ele apresenta sua idéia de que o país estaria em processo de branqueamento. Para ilustrar e exemplificar suas palavras ele leva a ilustração de Brocos y Gómez (reproduzida no início dessa unidade).

Oliveira Viana (1883-1951), outro importante intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enxerga o mestiço como um produto do sistema colonial, racialmente indefinido e sujeito às conseqüências dessa indefinição. E explica este embroglio através das relações contraditórias como “O mameluco capitão a serviço do Bandeirante e o mulato, capitão-do-mato perseguidor de escravos foragidos”.(MUNANGA, 1999). Assim como o faz Nina Rodrigues, Viana também acredita no atavismo, ou seja, a tendência de haver no mestiço a retomada de algumas características das raças que o originaram. Mas ele se afasta do pensamento de Nina no tocante ao processo de branqueamento que ele acreditava possível. Observa-se que de uma forma ou de outra “todos os ensaístas brasileiros da época (...) aderiram ao conceito das raças superiores e inferiores”.(MUNANGA, 1999).

A década de 1930 é outro momento importante para a análise do mestiço e das relações raciais depois das inúmeras teorias racistas, já citadas, através das quais a imagem do negro foi sendo construída, a partir do final do século XIX. Nesse período essa imagem veio sendo paulatinamente alterada, e a miscigenação passa a representar uma de nossas maiores qualidades. Talvez até a maior delas. Expressões culturais negras como o samba a capoeira e a culinária ganharam novo status. E neste contexto foi gestada a obra de Gilberto Freyre que, além de enxergar a mestiçagem de uma maneira absolutamente diversa da precedente, faz uma leitura da escravidão como algo brando e “amolecido”.

Gilberto Freyre defendia a idéia de que nos trópicos tudo tenderia a “amolecer”, ou seja, para ele as relações dicotômicas, pautadas pela coerção e violência dos senhores para com os escravos, não foram tão rudes e a mestiçagem brasileira era entendida como prova destas relações abrandadas. Ele dizia que teria havido um processo civilizatório bastante positivo à medida que este originou um povo menos preconceituoso. Para ele, a origem “mestiça” dos portugueses somada a proximidade geográfica com África e Ásia; apontada anteriormente como uma das causas que levariam o Brasil a ruína, fadando-o ao atraso; era agora tida em bom grado, por ser capaz de formar um povo tolerante às diferenças culturais.

Podemos entender estas mudanças na forma de conceber o mestiço como decorrentes do processo que buscava novos caminhos na orientação e compreensão política e social do país. Esta orientação não podia mais se adequar ‘as teorias raciológicas do século XIX, tornadas obsoletas Ortiz (apud (MUNANGA, 1995).

O mestiço passa a ser o ícone do hibridismo que poderia ser observado no país, simbolizando a grande facilidade que Freyre dizia haver nos relacionamentos (principalmente sexuais) entre os povos que estavam no país. Esta mistura era agora apontada como uma grande qualidade de um povo mestiço que passava a ser identificado como belo. A partir disto, podemos observar que Freyre defendia uma visão culturalista da formação do nosso povo, sem com isso, tocar também nas variáveis econômicas que teriam determinado o lugar e a relação entre os diferentes grupos sociais. A concepção hierárquica das raças é mantida em sua obra e os brancos continuam sendo tomados como modelos de civilização.

A obra de Freyre carrega então, a idéia de que há na sociedade brasileira relações raciais mais democráticas, o que atraiu muitas críticas a sua obra. É evidente que suas formulações nos ajuda a enxergar as diversas variáveis culturais que realmente fizeram parte da “equação” de nossa sociedade. Mas, este “mito”, não retrata a face mais cruel desta sociedade que também carrega discriminação e violência, pautadas principalmente pelo caráter econômico.

A grande contribuição de Freyre, é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo” (MUNANGA, 1999).

Mas de forma alguma podemos nos esquecer que esta visão “encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria”. (MUNANGA, 1999, p. 80). Além de dificultar uma discussão mais aprofundada da mestiçagem e do racismo em nosso país. Ainda mais porque ainda hoje, muitos continuam associando a origem negra à inferioridade, reforçadas também pelos meios de comunicação de massa, através da superexposição da figura do branco em detrimento a do negro ou do índio.

Como exemplo da dificuldade de auto denominação e identificação de uma possível identidade, podemos apontar a pesquisa realizada na década de 1970, PNAD (Pesquisa nacional por amostra de domicílios). Nesta pesquisa, quando indagados sobre a própria cor, os entrevistados chegaram a um total de 136 definições diferentes: Acastanhada; Agalegada; Alva; Alva-escura; Alvarenta; Alvarinta; ; Alva-rosada; Alvinha; Amarela; Amarelada; Amarela-queimada; Amarelosa; Amorenada; Avermelhada; Azul; Azul-marinho; Baiano; Bem-branco; Bem-clara; Bem-morena; Branca; Branca-vermelhada; Branca-melada; Branca-morena; Branca-pálida; Branca-queimada; Branca-sardenta; Branca-suja; Branquia; Branquinha; Bronze; Bronzeada; Bugrezinha-escura; Burro-quando-foge; Cabocla; Cabo-verde; Café; Café-com-leite; Canela; Canelada; Cardão; Castanha; Castanha-clara; Castanha-escura; Chocolate; Clara; Clarinha; Cobre; Corada; Cor-de-café; Cor-de-canela; Cor-de-cuia; Cor-de-leite; Cor-de-ouro; Cor-de-rosa; Cor-firme; Crioula; Encerada; Enxofrada; Esbranquecimento; Escura; Escurinha; Fogoió; Galega; Galegada; Jambo; Laranja; Lilás; Loira; Loira-clara; Loura; Lourinha; Maláia; Marinheira; Marrom; Meio-amarela; Meio-branca; Meio-morena; Meio-preta; Melada; Mestiça; Miscigenação; Mista; Morena; Morena-bem-chegada; Morena-bronzeada; Morena-canelada; Morena-castanha; Morena-clara; Morena-cor-de-canela; Morena-jambo; Morenada; Morena-escura- Morena-fechada; Morenã; Morena-parda; Morena-roxa; Moreninha; Mulata; Mulatinha; Negra; Negrita; Pálida; Paraíba; Parda; Parda-clara; Parda-morena; Parda-preta; Polaca; Pouco-clara; Pouco-morena; Pretinha; Puxa-pra-branca; Quase-negra; Queimada; Queimada-de-praia; Queimada-de-sol; Regular; Retinta; Rosa; Rosada; Rosa-queimada; Roxa; Ruiva; Russo; Sapecada; Saraúba; Tostada; Trigo; Trigueira; Turva; Verde; Vermelha. Além de mostrar, como já dissemos, a dificuldade em se definir, constata-se através desta enorme lista, o grande número de critérios adotados

que vão desde características fenotípicas, origem e caracteres físicos, entre outros de variação da cor negra ou branca.

Tem-se um possível resultado das teorias racistas que no momento final da escravidão e início do século XX, buscaram recursos em teorias científicas obsoletas ou inaplicáveis ao contexto brasileiro, para justificar a não aceitação do negro na sociedade, hora condenando a mistura com o branco, hora enxergando nesta a única solução para o possível branqueamento que se conseguiria através dela. E ainda uma prova da lacuna existente no pensamento social brasileiro, na qual deveria se encaixar uma discussão mais sólida da miscigenação. Não sendo nem a redefinição da imagem do mestiço capaz de desfazer os equívocos existentes com a promoção deu uma discussão mais aprofundada sobre a formação e a concepção da identidade étnica brasileira. Esta imensa lista, produzida pelos entrevistados da pesquisa tem podemos dizer, um pouco de Sílvia Romero, Nina Rodrigues e tantos outros.

REFERÊNCIAS

DIVALTE, A. *História: novo ensino médio*. São Paulo: Ática, 2000.

MAIO, M.C.; SANTOS R. V. (Orgs). *Raça, história e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1999.

SHWARCZ, L. M; REIS, L.V.S. *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1995.

SHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ARTIGO RECEBIDO EM 2003.